

**MENSAGEM DO PAPA PAULO VI  
PARA O 1º DIA MUNDIAL  
DAS COMUNICAÇÕES SOCIAIS 1975**  
«Comunicação social e reconciliação»

*Diletos filhos da Igreja, E vós todos, homens de boa vontade!*

O Ano Santo nos oferece o tema da nossa mensagem para o Dia Mundial das Comunicações Sociais: a *reconciliação*. Imprensa, rádio, televisão e cinema devem estar a serviço da reconciliação entre os cristãos numa unidade sempre mais visível e mais sólida, da reconciliação e da elevação para Deus.

Este dia anual é um momento privilegiado de oração, de meditação e de reflexão sobre uma realidade que implica uma autêntica dimensão espiritual, de interesse vital para todos: a influência positiva dos *mass media* sobre a vida individual ou social, e ao mesmo tempo sua ambivalência e o perigo de manipulações a que estão sujeitos. Os meios de comunicação estão em condições de proteger e de estimular os esforços que contribuem verdadeiramente para libertar o homem e orientá-lo para a realização de suas mais elevadas aspirações; mas, podem, ao mesmo tempo, estar submissos à moda e à curiosidade superficial, e até apoiar finalidades de exploração e de discriminação.

Em nossa [mensagem de 25 de março de 1971](#) já tratamos do esforço pela unidade dos homens. Insistimos neste ano sobre a condição primária que permite favorecer, no âmbito das comunicações sociais, um clima de reconciliação: o respeito pela objetividade dos fatos e pela autêntica escala de valores a que se referem. A este respeito desejamos confirmar nossa estima e nosso apoio a todos os que trabalham no campo dos *mass media*, que se esforçam por fazer conhecer a verdade e reservar ao bem o lugar que lhe é devido. Mas não podemos deixar de expressar nossa preocupação sobre algumas situações ou alguns perigos.

A objetividade é um aspecto essencial da informação; corresponde ao direito que cada um possui de desenvolver integralmente a própria personalidade conforme a verdade; de exercer as próprias responsabilidades sociais com conhecimento de causa; supõe, antes de mais nada, que os fatos sejam relatados com honestidade. É lícito enriquecer a narração com uma certa “interpretação” que, porém, somente se justifica na medida em que contribui para fazer aparecer melhor a natureza dos fatos, a dimensão real que os mesmos assumem no contexto, como também na sua relação com os valores humanos.

Pelo contrário, não podemos aprovar comportamentos que pretendam ser “neutros” e “independentes”, enquanto concretamente mostram hábeis, manipulações, como por exemplo: a insistência unilateral sobre as depravações humanas; a pressão sobre a opinião pública para despertar aspirações insaciáveis, enganadoras e, no fundo, irrealizáveis, como as de um consumismo incessante de coisas supérfluas; a apresentação de modelos de comportamento ilusórios ou imorais; o calar, selecionar ou apresentar de modo deformado os mais importantes acontecimentos conforme ideologias que não respeitam a liberdade do homem e violam o direito à informação; o gosto por levantar problemas ou insinuar dúvidas que põem em crise certezas éticas indiscutíveis; o considerar arte somente o que é permissividade e repressão dos imperativos humanos que controlam legitimamente a convivência social sadia; considerar como justiça o que é somente violência, vingança, represália.

Para prestar um verdadeiro serviço à reconciliação, a objetividade na escolha e na apresentação dos fatos exige um profundo conhecimento das responsabilidades, bem como uma preparação e competência adequadas. A mesma objetividade exige, além disso, uma renovação autêntica das posturas deploráveis, muitas vezes tidas como fontes de informação, por profissionais das comunicações sociais e por um certo público de leitores, de espectadores e de ouvintes que se tornam cúmplices deles.

Poder-se-á chegar a um resultado melhor se em todos os países for garantido um razoável pluralismo de fontes de informação. Em vez de obrigar, por assim dizer, os usuários a limitar-se às suas notícias e às suas interpretações, estes órgãos diversos devem permitir um diálogo aberto e um confronto leal, que permita aos indivíduos expressar livremente as suas legítimas idéias. Diferentemente, poder-se-ia cair, provavelmente, numa espécie de “tirania”, ou ainda num “terrorismo cultural”, difundido e quase anônimo, que pode até encontrar, paradoxalmente, acolhida favorável como pretexto que tal monopólio ajuda à promoção pessoal e social, mesmo violando as convicções religiosas, éticas e cívicas.

Enquanto externamos estas preocupações, queremos dar nossa contribuição positiva para que as comunicações sociais exerçam a influência benéfica de que são capazes, favorecendo ao mesmo tempo a reconciliação humana e cristã. E convidamos todos os filhos da Igreja a trabalhar para esta renovação. Concretamente, auguramos que todos os que trabalham nos meios de comunicação sintam-se pessoalmente chamados a defender e incrementar a sua liberdade de expressão: entendemos a liberdade fundamentada sobre a verdade, sobre o amor dos irmãos e de Deus. Não ignoramos, certamente, as dificuldades que eles encontram e a coragem que deles se exige, especialmente quando se trata de “satisfazer” um público de leitores, de espectadores e de ouvintes, que parece bem pouco preocupado em buscar esta verdade e este amor. Refletimos, então, nas graves responsabilidades que pesam sobre eles, por motivo do poder, certamente relevante, que exercem no campo da informação e, conseqüentemente, sobre o modo de pensar e sobre a mesma orientação da vida.

O nosso convite dirige-se, ainda mais insistente, a todos os que têm um poder político, social ou econômico junto aos que trabalham nos meios de comunicação social: que também eles promovam o progresso de uma liberdade sadia de informação e de expressão. Quando a verdade é sufocada com injustos interesses econômicos, com a violência de grupos que se dedicam a atividades subversivas da vida civil ou com a prepotência organizada sistematicamente, fere-se ao próprio homem: as aspirações justas não podem mais ser ouvidas e menos ainda satisfeitas. Vice-versa, a verdadeira liberdade não poderia estar isenta de uma norma moral, intrínseca, protegida por disposições legais; de fato, a liberdade está sempre correlacionada com os direitos dos outros e com os imperativos da vida social e, conseqüentemente, com o dever de respeitar a reputação das pessoas honestas, o prestígio das funções de responsabilidade que estão a serviço do bem comum, o decoro da moralidade pública. É evidente, por exemplo, que a publicidade, quando ostenta as depravações humanas ou excita os instintos imorais, desonra a imprensa, desfigura a formação do senso moral, especialmente nos jovens, e não poderia pretender ser justificada — diante da autoridade civil — com o direito à informação.

A Igreja, neste campo, como em outros, não reivindica privilégios e, menos ainda, monopólios. Reafirma simplesmente o direito e o dever de todos os homens de responder ao chamado divino e o direito dos seus filhos de ter acesso ao uso destes meios de comunicação, no respeito aos legítimos direitos dos outros. Cada pessoa e cada grupo social não aspira, talvez, a ser apresentado conforme sua autêntica fisionomia? Também a Igreja tem direito a que a opinião pública conheça sua verdadeira imagem, sua doutrina, sua missão, sua vida.

Ao evocar estas exigências, esperamos favorecer a reconciliação entre os homens, que somente pode acontecer num clima de respeito, de escuta fraterna, de busca da verdade, de vontade de colaboração.

Estamos certos de que este convite encontrará eco nos homens de boa vontade, enfraquecidos por um condicionamento que torna escravos e acaba por exacerbar as já graves tensões. Mas, aos nossos irmãos e filhos na fé, acrescentamos: empenhai-vos com todas as forças pela reconciliação dentro da Igreja, como já vos convidava nossa [Exortação Apostólica do último dia 8 de dezembro](#). Os meios de comunicação social — longe de consolidar as oposições entre cristãos, de acentuar as polarizações, de sustentar grupos de pressão, de alimentar os particularismos — esforcem-se para promover a compreensão, o respeito e a aceitação dos outros no amor e no perdão, a edificação do único Corpo de Cristo na verdade e na caridade. Fora desta realidade não existe verdadeiro cristianismo.

Esta é a renovação fundamental que pedimos a Deus no Ano Santo, para os beneméritos promotores e para os receptores das comunicações sociais: graças a elas a verdadeira reconciliação possa progredir entre os grupos sociais, entre as nações, entre os que crêem em Deus e, especialmente, entre os discípulos de Cristo. E o Deus da paz abençoe todos os que a isto se dedicam.

*Cidade do Vaticano, 19 de abril de 1975.*

**PAPA PAULO VI**

Copyright © Libreria Editrice Vaticana